

Sabia que em Angola, há crianças que desistem da escola por falta de registo civil? Que as famílias destas crianças, muitas vezes não têm a quem recorrer? Sabia que o Acesso à Justiça é um Direito, ainda que nem todos os cidadãos tenham acesso a ele?

O futuro de Angola é também o futuro de cada um e de todos os países do mundo.

MOSAIKO E FEC LANÇAM CAMPANHA SOBRE O ACESSO À JUSTIÇA

O Mosaiko e a FEC – Fundação Fé e Cooperação lançam no dia 24 de Setembro aqui em Angola e em Portugal, a campanha **Acesso à Justiça: Um Direito, Várias Conquistas**, que tem como objetivo consciencializar os cidadãos para as assimetrias existentes no Acesso à Justiça em Angola.

Esta é uma campanha que durará até ao final do ano e que pretende dar a conhecer os vários desafios do Acesso à Justiça e, sobretudo, alertar para a importância dos cidadãos estarem informados e agirem perante as situações de injustiça que diariamente enfrentam.

Segundo o frei Júlio Candeeiro, Diretor-Geral do Mosaiko, embora *“reconhecendo a unidade e indivisibilidade dos Direitos Humanos, depois da vida, talvez possamos considerar que o mais importante é promover e garantir o acesso de todos à Justiça e ao Direito como salvaguarda da liberdade e garantia do princípio da igualdade e da universalidade que caracterizam e fundam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”*.

No último **relatório do Mosaiko sobre o Acesso à Justiça em Angola**, encontram-se testemunhos que verdadeiramente reflectem a realidade de um país que sofre com o não cumprimento deste direito humano fundamental:

- *“Na escola, os professores namoram com as alunas de 14, 15, 16 anos (...) O pai de uma menina denunciou à polícia, mas o professor ficou apenas preso uma semana e depois saiu e continua aí. Eles, por vezes, usam as meninas para trabalho forçado, lavar roupa, louça, assim mesmo.”* Enfermeira, Cuango
- *“É preciso pagar para ter vaga, 10, 20, 30.000. (...) Se faltas, tens que pagar 200, se não pagas és expulso; Paga ao diretor, paga ao professor. Se te queixas ao diretor não faz nada. Se não pagas, não passas.”* Mulheres, Bala-Bala, Cuango
- *“Vamos queixar-nos onde? A Polícia não faz mesmo nada (...) Não temos onde nos dirigir, o que manda é o mesmo que está a fazer. Se um leão te apanha vais queixar-te a outro leão?”* Homens, Cambulo

Os dados que Angola apresenta no que diz respeito ao Acesso à Justiça são alarmantes:

- Mais de 2.000.000 de crianças fora do sistema de ensino
- 3 em cada 4 crianças não têm registo de nascimento
- Cidadãos que por não terem registo não conseguem provar a sua existência e, como tal, não têm acesso à justiça
- Crimes de violência doméstica que não são denunciados por falta de confiança nas instituições e nos seus funcionários
- A não existência de instituições públicas onde recorrer na maioria das províncias

Esta realidade pode ser invertida, mas para tal é necessário que todos estejam devidamente informados, procurem apoio, e ajam, de forma concertada, para provocar mudanças estruturais que garantam o cumprimento deste Direito Humano.

A campanha surge no âmbito do projeto [Promoção dos Direitos Humanos em Angola – Fase II](#), implementado pelo Mosaiko, em parceria com a FEC e com o apoio da Misereor e do Camões, I.P., onde foram desenvolvidas várias iniciativas com o objetivo de promover o Acesso à Justiça: **Formações sobre Direitos Humanos; Capacitação de agentes locais para acompanhamento e resolução de conflitos; Aconselhamento jurídico gratuito; e Acompanhamento judicial gratuito.**

Estas ações tiveram lugar nas províncias de Benguela, Cuanza Norte, Huíla, Luanda e Malange e resultaram em:

- 23 Seminários de Direitos Humanos e Cidadania
- 28 Debates com temáticas relacionadas com os Direitos Humanos
- 1090 Pessoas com formação em Direitos Humanos e Cidadania
- 250 Casos de violação de Direitos Humanos identificados e acompanhados ou aconselhados
- 1 Biblioteca aberta ao público com acervo relevante em matéria de Direitos Humanos
- 2000 Participantes nos debates mensais
- 900 Alunos de ensino médio e ensino superior com acesso a formação sobre Direitos Humanos e Cidadania

Saiba mais sobre esta campanha e o Projecto em: <https://www.fecong.org/acesso-a-justica/>

A FEC – FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

A FEC | Fundação Fé e Cooperação é uma organização não-governamental para o desenvolvimento, criada em 1990. A sua missão é promover o desenvolvimento humano integral, com a visão de construir uma sociedade onde cada pessoa possa viver com dignidade e justiça, atuando em três eixos estratégicos de transformação social – Educação, Conhecimento e Competências; Boa Governança e Advocacia Social; Cidadania Global e Direitos Humanos. A FEC trabalha em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal.

Em parceria com o Mosaiko, a Misereor e com o Camões, I.P., através do Projeto Promoção dos Direitos Humanos em Angola, a FEC apoia o exercício dos direitos e deveres na sociedade angolana através do fortalecimento da cultura democrática, sendo corresponsável pelo apoio à ação, através da gestão dos meios financeiros, técnicos e de comunicação, bem como a monitorização e avaliação da intervenção.

O INSTITUTO MOSAIKO

Fundado em 1997 pelos Missionários Dominicanos, o Mosaiko é um instituto angolano, sem fins lucrativos, tendo sido a primeira instituição angolana a assumir explicitamente como missão promover os Direitos Humanos em Angola. Guiado por um forte compromisso social, tem como objetivo o respeito pela dignidade humana e o desenvolvimento da sociedade angolana, a partir do contributo de todos e de cada um(a). A promoção da dignidade passa, acima de tudo, pela erradicação da ignorância através de uma consciência crítica e do incentivo a uma postura de cidadania ativa.

Urge posicionar o respeito pela cidadania e Direitos Humanos como valores fundamentais para o desenvolvimento sustentável de Angola, pois as pessoas são sempre a maior riqueza de um país!

Acreditamos que a formação e a educação são a chave do desenvolvimento de uma sociedade, por isso concretizamos a missão do Mosaiko – promover uma cultura de respeito e defesa dos Direitos Humanos através de quatro áreas de ação: Formação; Divulgação; Assessoria de Grupos Locais de Direitos Humanos e Pesquisa Social.